



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO BREJÃO



CONTRATO N 001/2022 DE FORNECIMENTO E REPOSI  O DE BOTI ÕES DE G  S GLP 13 KG, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE S  O FRANCISCO DO BREJ  O (MA) E A EMPRESA L. S. SANTOS DISTRIBUIDORA DE G  S E ÁGUA MINERAL EIRELI, NA FORMA ABAIXO.

Aos treze dias do m às de Janeiro do ano de 2022, de um lado, o **MUNICÍPIO DE S  O FRANCISCO DO BREJ  O (MA)**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n 01.616.680/0001-35, com sede administrativa na Rua Padre Cícero n 51, Centro, neste ato representado por sua Secretária Municipal Sra. **MIRIAM BRAND  O SILVA**, portadora da cédula de identidade de n 017924572001 e do CPF n 000-231-423-16, doravante denominada simplesmente de **CONTRATANTE** e, do outro lado, a empresa **L. S. SANTOS DISTRIBUIDORA DE G  S E ÁGUA MINERAL EIRELI**, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o n 34.760.178/0001-52, com sede na Rua das Laranjeiras n 1820, Centro, Jo  o Lisboa - MA, neste ato representada pela Sra. Lucilene Silva Santos, brasileira, solteira, empresária, portadora da cédula de identidade de n 044535602012-3 - SSP-MA e do CPF n 785.854.303-20, doravante denominada simplesmente de **CONTRATADO**, tendo em vista o que consta no **Preg  o Presencial n 029/2021 - CPL**, que passa a integrar este instrumento independentemente de transcri  o, na parte em que com este n  o conflitar, resolvem, de comum acordo, celebrar o presente contrato, regido pela Lei n 8.666, de 21 de junho de 1993, mediante as cláusulas e condi ões seguintes:

CL  USULA PRIMEIRA — DO OBJETO

Constitui objeto deste contrato o fornecimento e reposi  o de botij ões de G  s GLP 13 Kg, em conformidade com o **Preg  o Presencial n 029/2021 - CPL** e seus anexos, que independente de transcri  o integram este instrumento para todos os fins e efeitos legais. O presente contrato est   consubstanciado no procedimento licitat  rio realizado na forma da Lei n 10.520/2002.

ITEM	DESCRI �O	QTD	UND	V. UNIT	V. TOTAL
1	CARGA DE G �S P13 - GLP. Especifica �o: Composi �o b�sica de propano e butano (g �s de cozinha) altamente t �xico e inflam �vel. Botij �es com 13Kg retorn �veis e suas condi �es dever �o estar de acordo com a port. 47 de 24/03/99, ANP, NBR-14024 da ABNT	10	UND	135,00	1.350,00
2	BOTI �O DE G �S P13 - GLP, COMPLETO. Especifica �o: Composi �o b�sica de propano e butano (g �s de cozinha) altamente t �xico e inflam �vel. Botij �es com 13Kg retorn �veis e suas condi �es dever �o estar de acordo com a port. 47 de 24/03/99, ANP, NBR-14024 da ABNT	5	UND	320,00	1.600,00
TOTAL GERAL					2.950,00

CL  USULA SEGUNDA — DAS OBRIGA ÕES DA CONTRATADA

Na execu  o do objeto do presente Contrato, obriga-se a CONTRATADA a emvidar todo o empenho e dedica  o necess  rios ao fiel e adequado cumprimento dos encargos que lhes s  o confiados, obrigando-se ainda a:

- I) iniciar a execu  o somente ap às o recebimento da ordem de fornecimento, emitida pelo setor competente da Prefeitura Municipal de S  o Francisco do Brej  o - MA, cujas c  pias dever  o ser apresentadas em anexo às respectivas notas fiscais para efeito de pagamento;
- II) respeitar o prazo estipulado por este contrato para o fornecimento do objeto;
- III) reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem incorre ões ou defeitos decorrentes do fornecimento;

[Handwritten signature]

[Handwritten mark]



- IV) comunicar à FISCALIZAÇÃO qualquer irregularidade e providências a serem tomadas na execução do objeto;
- V) facilitar à FISCALIZAÇÃO o acesso aos procedimentos e técnicas adotados;
- VI) responder integralmente por perdas e danos que vier a causar ao CONTRATANTE ou a terceiros, em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;
- VII) Manter durante o prazo de execução do Contrato as exigências de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- VIII) Promover às suas expensas todas as ações pertinentes ao treinamento de servidores, assessoria e suporte do sistema, quantas vezes se fizer necessário e a critério da administração.
- IX) O licitante CONTRATADO(A) responderá, perante o usuário, por eventuais danos morais e materiais resultantes da utilização do objeto da licitação, independentemente de culpa;

PARÁGRAFO ÚNICO – O CONTRATANTE não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros.

CLÁUSULA TERCEIRA — DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Para garantir o fiel cumprimento do objeto deste Contrato, a CONTRATANTE se compromete a:

- I) Efetuar o pagamento na forma convencionada neste instrumento, desde que preenchidas as formalidades previstas neste Contrato;
- II) Designar a Sra. Siomara Lopes da Silva para, na qualidade de fiscal, acompanhar a execução do objeto deste Contrato;
- III) Comunicar à contratada, através do executor designado, qualquer problema que ocorra na execução do objeto.

CLÁUSULA QUARTA — DO PRAZO DA VIGÊNCIA E EXECUÇÃO DO CONTRATO

A vigência do presente contrato será de doze meses, podendo ser prorrogado/aditivado de acordo com necessidade da contratante e dada a característica de fornecimento contínuo do objeto a ser contratado, ficando comprovada a vantagem econômica para a Administração Pública, nos termos do art. 57, inc. II da Lei n. 8.666/93.

PARÁGRAFO ÚNICO - O prazo para a execução do objeto deste contrato é imediato, conforme as necessidades da Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Finanças.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DA ENTREGA

- I) A CONTRATADA deverá planejar o fornecimento/serviço à medida que for solicitado pelo gestor do contrato;
- II) O objeto será entregue/executado imediatamente nos dias, locais e horários designados pelo gestor do contrato e, ainda, promovida pela contratada sem nenhum custo para a contratante;
- III) O recebimento somente será considerado efetuado após a análise minuciosa pelo servidor responsável, o qual verificará e atestará se o objeto executado/entregue atende às especificações exigidas pelo edital.
- III) No caso de o objeto não atender às especificações, a Contratada providenciará a substituição/correção dos mesmos, no prazo máximo de 12 (doze) horas.



CLÁUSULA SEXTA - DA ACEITA O DO OBJETO

- I) Entregues os produtos/executados os serviços, se estiverem em perfeitas condi oes, atestado pela CONTRATANTE, será recebido por servidor especialmente designado, que assinar  o termo de recebimento.
- II) O termo de recebimento somente será assinado se a licitante vencedora tiver atendido todas as condi oes especificadas no termo de referência, bem como as especifica oes apresentadas na Proposta.
- III) Os produtos/serviços objeto deste contrato serão considerados aceitos somente após terem sido conferidos pela respectiva área solicitante e atendidas as especifica oes e condi oes exigidas no edital do Pregão Presencial n  029/2021 - CPL.
- IV) Em hipótese alguma será aceito objeto em desacordo com as condi oes pactuadas, ficando ao encargo da Contratada o controle de qualidade do fornecimento/execu o de sua responsabilidade, bem como a repeti o de procedimentos as suas próprias custas para corre o de falhas, visando a apresenta o da qualidade dos produtos/serviços.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS CONDI OES DO PAGAMENTO

- I) O pagamento   contratada será efetuado pela Secretaria Municipal de Planejamento, Administra o e Finanças, mediante empenho, por meio de transferência eletr nica ou ordem bancária, em até 30 (trinta) dias após a aceita o definitiva dos produtos/serviços, com apresenta o das notas fiscais do(a) fornecimento/Execu o dos Serviços devidamente certificadas pelo Agente Público.
- II) O pagamento deverá ser efetuado em PARCELAS proporcionais mediante o(a) fornecimento/presta o dos serviços,   medida que forem entregues os mesmos, não devendo estar vinculado a liquida o total do empenho.
- III) Para fazer jus ao pagamento, a Contratada deverá apresentar junto às notas fiscais, comprova o de sua adimplência com as Fazendas Nacional, Estadual e Municipal, regularidade relativa   Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, com a Justiça do Trabalho (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT), bem como a quita o de impostos e taxas que porventura incidam sobre os produtos contratados, inclusive quanto o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN.
- IV) A periodicidade dos pagamentos será mensal.
- V) Para fins de pagamento, a contratante responsabilizar-se-  apenas pelos produtos/serviços devidamente autorizados e certificados pelos gestores do contrato.
- VI) A atesta o da fatura correspondente ao fornecimento/execu o caberá ao fiscal do contrato ou outro servidor designado para esse fim.
- VII) Caso sejam verificadas divergências na Nota Fiscal/Fatura, a contratante devolverá o documento fiscal   contratada, interrompendo-se o prazo de pagamento até que esta providencie as medidas saneadoras ou comprove a corre o dos dados contestados pela Contratante.
- VIII) No caso de faturas emitidas com erro, a contagem de novo prazo iniciar-se-  a partir da data de recebimento do documento corrigido.
- IX) A contratante reserva-se, ainda, o direito de somente efetuar o pagamento após a atesta o de que os produtos foram entregues/executados em conformidade com as especifica oes do contrato.
- X) A contratante poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indeniza oes devidas pela contratada

CLÁUSULA OITAVA — DO VALOR CONTRATADO

O valor do presente contrato   de R\$ 2.950,00 (dois mil, novecentos e cinquenta reais)

CLÁUSULA NONA — DA CLASSIFICA O ORÇAMENTÁRIA E EMPENHO

As despesas decorrentes da contrata o correrão   conta dos seguintes recursos:

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



04.122.0006.2-159 – Manut. da Sec. Mun. de Planejamento, Administra o e Finanças

3.3.90.30 – Material de Consumo

4.4.90.52 – Equipamentos e Material Permanente

CLAUSULA DÉCIMA - DA FISCALIZA O DO CONTRATO

I) O fornecimento/execu o do objeto do presente contrato será feita diretamente a SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRA O E FINANÇAS e atestado por servidor desta institui o, designado para esse fim.

II) O responsável pelo recebimento anotar  em registro próprio todas as ocorrências.

III)   Secretaria Municipal de Planejamento, Administra o e Finanças caberá a fiscaliza o da execu o do objeto. Para tanto, serão nomeados fiscais que terão poderes para exigir da contratada o perfeito atendimento as cláusulas contratuais.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - CRITÉRIO DE REAJUSTE

I) Os preços serão fixos e irremovíveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas das situa es previstas na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei n  8.666/1993.

II) Para restabelecer a rela o que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da Contratada e a retribui o da Administra o para a justa remunera o, será efetuada a manuten o do equilíbrio econ mico-financeiro inicial do contrato, na forma da alínea “d” do Art. 65 da Lei n.  8.666/93.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO DO CONTRATO

A inexecu o total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, se houver uma das ocorrências prescritas nos artigos 77 a 81 da Lei n  8.666/93, de 21/06/93.

I) Constituem motivo para rescisão do Contrato:

a) O não-cumprimento de cláusulas contratuais, especifica es e prazos.

b) O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especifica es e lentidão do seu cumprimento, levando a Administra o a comprovar a impossibilidade da conclusão dos serviços ou fornecimento nos prazos estipulados.

c) A paralisa o da execu o do serviço, sem justa causa e prévia comunica o   Administra o.

d) O desatendimento das determina es regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execu o, assim como as de seus superiores.

e) O cometimento reiterado de faltas na sua execu o, anotadas na forma do parágrafo primeiro do artigo 67 da Lei n  8.666, de 21 de junho de 1993.

f) A decreta o da falência ou instaura o da insolvência civil.

g) A dissolu o da sociedade ou o falecimento do contratado.

h) A altera o social ou a modifica o da finalidade ou da estrutura da empresa que prejudique a execu o do contrato.

i) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento justificadas e determinadas pela máxima autoridade Administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo Administrativo a que se refere o contrato.

j) A supressão, por parte da Administra o, dos serviços, acarretando modifica es do valor inicial do contrato além do limite permitido no parágrafo primeiro do artigo 65 da lei n  8.666, de 21 de junho de 1993.

k) A suspensão de sua execu o por ordem escrita da Administra o, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturba o da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indeniza es pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobiliza es e mobiliza es e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obriga es assumidas até que seja normalizada a situa o.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO BREJÃO



- l) O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes dos serviços ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública grave perturbação da ordem interna ou guerra assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação.
- m) A não-liberação, por parte da Administração, de área, local ou objeto para execução de serviços, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas nos projetos.
- n) A ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.
- o) O descumprimento do disposto no inciso V do art. 27, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.
- p) A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial da posição contratual, bem como a fusão execução do contrato.

CLAÚSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA SUBCONTRATAÇÃO

Não é permitida a subcontratação total ou parcial para a execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA — DAS PENALIDADES

O descumprimento, total ou parcial, de qualquer das obrigações ora estabelecidas, sujeitará a contratada às sanções previstas na Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/93, garantida prévia e ampla defesa em processo administrativo.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

No caso de inadimplemento na execução total ou parcial do avençado, bem como no atraso na execução contratual, o adjudicatário ficará sujeito às penalidades abaixo relacionadas, garantida prévia defesa em regular processo administrativo:

- a) Advertência;
- b) multa;
- c) suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de São Francisco do Brejão -MA;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

PARÁGRAFO SEGUNDO

O atraso na execução do objeto da presente contratação implicará na incidência de multa de 1% (um por cento) por dia, calculada sobre o valor total do contrato, até o limite de 30% (trinta por cento) do respectivo valor;

PARÁGRAFO TERCEIRO

Caso o atraso seja superior a dois dias úteis restará caracterizado o descumprimento total da obrigação contratual, cabendo à Administração Pública promover as medidas cabíveis;

PARÁGRAFO QUARTO

O descumprimento total da obrigação assumida, bem assim a recusa em executar o objeto contratado implicará na incidência de multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do Contrato/proposta, bem como a aplicação das demais sanções estabelecidas;

PARÁGRAFO QUINTO

A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa por parte do adjudicatário, na forma da Lei;



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO BREJÃO



PARÁGRAFO SEXTO

Os valores resultantes da aplicação das multas previstas serão cobrados pela via administrativa, devendo ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data de recebimento da comunicação, ou, se não atendido, judicialmente, pelo rito e com os encargos da execução fiscal, assegurado o contraditório e ampla defesa.

PARÁGRAFO SÉTIMO – As multas porventura aplicadas como sanção não têm caráter compensatório e seu pagamento não eximirá a contratada da responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA — DO FORO


Fica eleito o foro da cidade de Açailândia (MA), comarca da qual o município de São Francisco do Brejão – MA é termo judiciário, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios oriundos da execução deste contrato.

E, para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado e contratado, é lavrado o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor que, depois de lido e achado conforme, é assinado pela contratada e pelas testemunhas abaixo nomeadas.

São Francisco do Brejão (MA), 13 de Janeiro de 2022




CONTRATANTE
Secretária Municipal




CONTRATADO
Representante Legal

TESTEMUNHAS:



CPF: 606.253.343-60



CPF: 057.140.733-42